

do Vereador Altair da Silva, Ofício/GPARE - CR nº 011/2001 - Prefeito Municipal, assunto: Em resposta às Indicações nº 012 e 13/2001 de autoria do Vereador Emanuel Fernando da Silva, Ofício/GPARE - CR nº 012/2001 - Prefeito Municipal, assunto: Em resposta à Indicação nº 006/2001 de autoria do Vereador Elias Rodrigues Neto, Ofício nº 018/2001 - PRORRATOS, assunto: Em resposta ao requerimento nº 009/2001 de autoria do Vereador Luis Carlos Lobo, Ofício de Lei nº 012/2001 - Vereador Emanuel Fernando, assunto: Injúria no Calendário Oficial do Município de Cabo Frio, o dia do Garí, requerimento nº 025/2001 - Vereador José Eduardo de Almada, assunto: Solicita ao Excm. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, plantão diário no Hospital Municipal de Itemoio, 2º Distrito de Cabo Frio, requerimento nº 038/2001 - Vereador José Eduardo de Almada, assunto: Solicita ao Excm. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, a implantação de um distacamento do Corpo de Bombeiros, dotado de UTI móvel, no Bairro Santo Antônio, Campos, 2º Distrito de Cabo Frio, requerimento nº 040/2001 - Vereador Jairo dos Santos Mendes, assunto: requer outorga de medalha de Plaqueado ao jornal "Folha dos Lagos" pela edição nº 1000, Indicação nº 155/2001 - Vereador Emanuel Valério Thomas Júnior, assunto: Solicita ao Excm. Sr. Prefeito Municipal a dragagem do Canal do Itapuru, na Lagoa de Anaruanga e a urbanização da faixa marginal dos Bairros do Valinho e Palmunha. Sumariada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a tribuna aos Cidadãos inscritos. Como primeiro orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Emanuel Fernando da Silva que iniciou sua fala fazendo referência a Ofício de Lei de sua autoria que dispõe sobre a criação do dia do Garí. Disse que dessa forma estavam honrando imprescindível profissional de nossa cidade, no que encerrou sua fala. Em seguida, ocupou a tribuna o Vereador Jairo dos Santos Mendes, que iniciou sua fala com as saudações de praxe. Em seguida discursou sobre matéria finalística, onde o Município de Cabo Frio estava incluído na lista dos dividendos de precatórios. Disse ainda, que já havia denunciado da tribuna da Câmara Municipal, a anulação de dotação orçamentária no Município, de dotação para precatório vindo do Estado para outro fim. Enfatizou que através do Decreto 2712 e 2713 o deu

município de Lobo Guo, neste ano já anulou encadeamentos mal feitos. No
 quando falou da importância do movimento estudantil, ele estava preparado
 e consciente, que era testemunhado pelos membros da Câmara Municipal.
 Discorreu sobre o Projeto de Lei de sua autoria nº 02/2009, que dispõe so-
 bre a proibição de instalação de cobracas eletrônicas nos transportes cole-
 tivos, em transmutação nesta Casa. Relatou que a questão do "passo livre"
 era uma conquista da classe estudantil, entre tantas outras, repelan-
 do-se a seguir ao período do regime militar quando os estudantes
 nas ruas, enfrentando a opressão haviam contribuído para que o
 Brasil alcançasse a Democracia plena. Lendo em tal na ocasião di-
 xe o orador que o cobrador eletrônico era um retrocesso, pois, atingia
 de forma negativa aos estudantes e também aos trabalhadores no caso
 aos cobradores. Disse também que as atividades extra-escolares que eram
 desenvolvidas pelo estudantes exigiam plena liberdade no transporte cole-
 tivo, que seria encadeada com a instalação de tal dispositivo. Adiante
 disse que o investimento da ordem de dois milhões de reais para a in-
 stalção da cobrança eletrônica, não era prioritário, enfatizando que uma
 política pública contra o transporte coletivo exigia por parte do governo
 não uma foto adequadamente dimensionado para a demanda e, quan-
 to a administração municipal cumpria procedimento legislativo para dar
 um basta no monopólio em Lobo Guo. Falou também sobre as dificulda-
 des dos estudantes que residindo na zona rural do município, fazendo
 cursos noturnos, ao final da jornada tinham dificuldades para retri-
 nar, visto a carência no sistema de transporte coletivo. Relatou quan-
 to a estudantes da rede estadual que diariamente eram obrigados a
 perder uma aula em decorrência da inexistência de horários de ônibus
 para atendimento a rede escolar noturna. Disse que entendia o discur-
 so sobre a fraude dos que usando uniforme escolar burlavam a Em-
 preza, mas era fundamental que se discutisse também a fraude no
 recolhimento de ISS da empresa, se existia ou não, ou se o imposto era
 devidamente recolhido. Lendo sobre o tema, ressaltou que no reali-
 dade todo o sistema de transporte coletivo do município deveria ser re-
 estruturado. Concluiu sua fala parabenizando aos jovens estudantes que mo-

travaram comportamento digno, refletindo o verdadeiro estado democrático no Brasil. A seguir, ocupou a tribuna o Senador Antônio Guimarães Bragança, cumprimentando inicialmente o Presidente Rânio Lauro pelo equilíbrio com que vinha conduzindo os trabalhos daquela sessão. Com relação à questão do transporte coletivo, disse que a Lei de Rânio determinava o "passo livre" para estudantes desde que devidamente uniformizados, e assim, qualquer alteração deveria ser precedida de ação legislativa quanto à lei maior do município, sendo necessário o mínimo de doze senadores votando favoravelmente na alteração do texto legal, de acordo com rito próprio. Disse que tomara sua voz a voz dos estudantes, por entender ser um pleito justo e a seguir lembrou dos anos de 1958 quando entregando o prêmio Estudantil Walkemir Cardoso, haviam conseguido pagamento de apenas meia entrada para o cinema cinema. Bloqueou a manobra como vinham procedendo os estudantes na manifestação, o que refletiu a participação também da sociedade e a importância que na conferido ao legislativo. Com relação à empresa concessionária do município disse que encontrava-se em plena expansão, não havendo assim necessidade de se excluir os estudantes quanto a utilização do transporte coletivo. A diante falou sobre os alunos que compravam uniformes escolares para humilhar a empresa, o que não poderia ser tolerado, mas, que a casa legislativa não deveria ficar restrita a comentários casuais, sendo necessário que soluções de consenso fossem encontradas. Sugere a criação de uma comissão integrada por representantes do executivo, do legislativo e do pleito estudantil, com o objetivo de se encontrar uma solução para a questão, destacando a importância da Comissão de Obras Públicas presidida pelo Senador Nilo Bento para ordenar tal controle. fez breve referência acerca do cobrança de taxa de estacionamento no centro da cidade, considerando que da mesma forma que o fechamento do Mercado São João fora uma "pedra no sapato" para o Governo José Bonifácio, também o transtorno no atual Governo, poderia ser considerado como tal, na medida que a economia na medida das mais antipáticas para a população.

municipalmente para os proprietários de imóveis. Disse que na condução de
 Vinhedo e cidade de Jurema representado a sua mais profunda preocupação
 a ecobrança do estabelecimento no Município de São João no que incumia
 sua fala. Não havendo mais quadros insulso para o uso da Tribuna, o Se-
 nhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Não esta-
 vam afilhados as seguintes matérias: foi aprovado em seu favor
 da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado para a Comissão de
 e Serviços Públicos os projetos de leis nºs 010 e 011/2001. Foi encaminhado
 para a Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei nº 012/2001. Co-
 ram aprovados os requerimentos nºs 025, 038 e 040/2001 e a Indicação
 nº 155/2001. Determinada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente em exercício
 franqueou a Tribuna para a Explanção Pessoal. Ocupou a Tribuna em
 Explanção Pessoal, o Vereador Reuben Brandão Costa que inicialmente
 abordou o ato religioso da semana Santa e o martírio de Cristo que a to-
 dos emocionava, engrandecendo a fé cristã na humanidade do filho de
 Deus. Disse que a encenação da Via Santa na vila do praia do Norte
 era necessário uma vez que o Centro da cidade não se mostrava
 mais apropriado para tal evento. Adiante disse que o Governo de Alair
 Lourenço por ser iluminado não tinha "pedra no sapato" e que Jesus
 estava sempre presente nos atos do Governo, exemplificando com a
 distribuição da Paço Vale Nocho no Governo anterior de Alair Lourenço.
 Adiante disse que os eixos do Vereador do PDT não tinham proceden-
 cia e que o sucesso no calendário de eventos era devido a aprovação
 popular. Questionou a aprovação de um hotel cinco estrelas em área
 de sambaqui na época do Governo José Bonifácio o que demonstrava
 total insensibilidade dos antigos administradores de São João. Após
 outros comentários de ordem pública quanto a administração do PDT,
 disse que o momento na reflexão ante a proximidade da semana
 Santa refletando a todos para a oração e a busca do entendimento
 e fortalecimento da fé cristã, no que encerra sua fala. A seguir ocupou
 a Tribuna em Explanção Pessoal o Vereador Amaral Valério Tho-
 mas Júnior, que inicialmente disse que invetido de mundo confun-
 do pelos cidadãos de São João sentir-se imensamente feliz com a

manifestação estudantil e repunha-se ao primeiro ano em que tomara
parte de manifestação dos estudantes a favor do "passe livre". Disse que
sendo líder do Governo poderia falar em nome do Prefeito Alceu Corrêa
e podia garantir que a Câmara Municipal, composta por homens
dignos jamais estaria contrária aos anseios da população e que não
havia na Casa Legislativa nenhum projeto para ser votado proibindo
o transporte dos estudantes nos veículos coletivos. Reiterou que a Ca-
mara jamais estaria contra os interesses da coletividade, pois, fo-
ra ela para proteger os direitos do povo e sendo assim, os estudan-
tes tinham pleno direito de vir em suas manifestações e que assim, fizessem renascer o espírito da Democracia.
Disse ainda, que o atual Governo vinha demonstrando no decorrer
de seu mandato, a seriedade com que conduzia o Município e que
nunca sua ação contra os interesses do povo lubrificasse. Dirigi-
do-se aos flustres vindouros, disse que aquele era o momento em que
podiam dizer que começaram a mobilizar a sociedade e que es-
tava aos nobres todos analisarem o posicionamento sério e ha-
nesto, onde o Poder Legislativo nunca poderia deixar de ir de en-
contro aos interesses da população, muito menos dos estudantes
que já tinham penalizados constantemente pelas agarras do esta-
do, no que encimou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Se-
nhor Presidente encorreu a presente sessão em nome de Deus. E, para com-
tar mundou que se levantasse a presente Ata que depois de lida, submeti-
da a aprovação Unânime, Aprovada, só assinada para que produza
seus efeitos legais. x


Ricardo F. da Fonseca

Ata da décima Segunda Sessão Or-
dinária do Primeiro Período Legislativo
da Câmara Municipal de São José, reali-
zada no dia 13 (dezoito) de abril do
ano de 2001 (dois mil e um).